

O máximo da

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV
mcneri@fgv.br*

O LIVRO “RENDA DE CIDADANIA: A SAÍDA É pela porta”, recém-lançado por Eduardo Suplicy, faz uma veemente defesa do imposto de renda negativo. O livro mostra que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas garantidas por programas de transferência de renda. O exaustivo relato começa em Confúcio, que dá origem ao subtítulo da obra, e passa por autores em tempos, lugares e ideologias diferentes, como Thomas Paine, Karl Marx, Milton Friedman, James Tobin e Antonio Maria da Silveira. Suplicy nos lembra, com sua peculiar franqueza: o programa já é uma realidade nacional! Portanto, o debate deixa a órbita da defesa da adoção da renda mínima e passa a gravitar em torno da escolha da melhor forma de aplicação do programa.

Podemos agrupar as propostas hoje em debate no país em três vertentes: a) distribuição de cestas básicas tradicionais e tíquetes-alimentação propostos por Lula; b) renda universal de Suplicy e cheque-cidadão de Garotinho; c) o bolsa-escola aplicado por governos municipais de partidos políticos diversos e hoje difundidos pelo país no âmbito do Projeto Alvorada. Essas propostas podem ser contrastadas por critérios variados, como público-alvo, condicionalidades impostas, modalidades dos benefícios, entre outros.

Segundo os textos de economia, transferências de renda são melhores que transferências em espécie, pela liberdade do indivíduo escolher que necessidades satisfazer, incluindo a de prover recursos para o futuro. Nesse sentido, renda universal e bolsa-escola seriam superiores a cestas básicas e tíquetes-alimentação. A restrição imposta por transferências em bens só faria sentido se acreditarmos na incapacidade

dos pobres de fazer escolhas, como na imagem do pai transformando em cachaça o leite das crianças. Já o bolsa-escola elege as mães como recipientes do programa, apostando na maior educação e altruísmo femininos.

As principais diferenças entre renda universal e bolsa-escola estão no foco e nos condicionantes dos programas. Suplicy persegue, com admirável perseverança, a universalidade incondicional, conferindo renda a todos os brasileiros. Uma das vantagens da universalização é eliminar efeitos colaterais do programa sobre a disposição ao trabalho e à informalidade, tornando-o menos distorcivo e simples, porém mais caro.

Seguindo sugestão de José Márcio Camargo, o bolsa-escola foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionadas à frequência escolar. A estratégia de abrir as comportas do helicóptero do orçamento social sobre as escolas revela grande capacidade de atingir os pobres e de induzi-los a tomar decisões que os farão menos miseráveis no futuro, uma vez que o público infante-juvenil é um grande bolsão de miséria e a educação um grande investimento social.

renda mínima

O debate deixou a defesa da adoção da renda mínima e passou à escolha da melhor forma de aplicação do programa

Os bons resultados sociais não são baixados por decreto, mas são construídos em conjunto pelos diversos atores sociais atuando a partir de interesses próprios. Cabe ao estado atuar no tecido social como provedor de motivações corretas para que ações proveitosas sejam tomadas individualmente, como faz o programa bolsa-escola. Diversas falhas de mercado justificam a correção de incentivos imposta pelo bolsa-escola, como a existência de restrições ao crédito, retornos crescentes e de externalidades na educação.

Estas imperfeições inibem o pobre de investir no futuro, seu e da sociedade, uma vez que a luta pela sobrevivência imediata goza de natural prioridade.

Uma crítica que se tem feito à generalização, ora em curso, do bolsa-escola é o baixo valor unitário percebido: 15 reais por criança sujeito ao teto de 45 reais por família. Entretanto, em termos de formação de um cadastro de

beneficiários do programa faz sentido assumir uma trajetória ascendente nos valores da bolsa, de forma a minorar os riscos que falsos pobres abocanhem recursos do programa. Uma vez distribuídos os cartões magnéticos, a decisão operacional de aumentar o valor do benefício seria mais proveitosa, considerando que o cadastro dos beneficiários esteja consolidado com foco nos pobres.

Agora, resgatando outra metáfora de Confúcio, devemos dar o peixe ou a vara de pescar? Isto é, um fluxo de renda periódico ou um estoque de recursos que permita o investimento numa atividade geradora de renda? Mais uma vez, os livros-texto de economia nos informam que a resposta depende de preferências e oportunidades individuais. A escolha deveria idealmente caber a cada um. A opção entre renda mínima ou capital mínimo é relevante, pois os pobres raramente dispõem da capacidade de transformar fluxos em estoques através do mercado de crédito. Altos custos transacionais e de coleta de informações associados às baixas garantias reais e instabilidade de renda dos pobres tornam o crédito um serviço de luxo.

Na verdade, o advento dos cartões magnéticos usados na distribuição das diversas bolsas do projeto Alvorada abre novos horizontes. O pobre hoje passa a dispor de um fluxo de renda estável pago através de cartões de instituições com alta tradição na área creditícia, como a Caixa Econômica Federal. Não é preciso muita imaginação para perceber o potencial desta inovação em alavancar o potencial do crédito genuinamente popular, pois ataca todas as dificuldades mencionadas acima. A questão institucional e legal para se atingir o máximo da renda mínima é obviamente complexa, pois se emprestar é preciso, liquidar garantias também é preciso! 